

# **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

## **PROJETO DE LEI Nº 337, DE 2015**

Dispõe que restaurantes e lanchonetes mantenham afixados cartazes que demonstrem a aplicação da manobra de Heimlich.

**Autor:** Deputado RÔMULO GOUVEIA

**Relator:** Deputada CONCEIÇÃO SAMPAIO

### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 337, de 2015, do Deputado Rômulo Gouveia, dispõe sobre a obrigatoriedade de os restaurantes e lanchonetes manterem afixados cartazes, em local visível e em número compatível com as dimensões do local, que demonstrem a aplicação da manobra de Heimlich, empregada para desobstruir rapidamente as vias respiratórias.

Na justificação, o autor informa que a manobra de Heimlich, descrita pela primeira vez pelo médico estadunidense Henry Heimlich, consiste em exercer pressão sobre o diafragma, causando movimento expulsivo eficaz. Acrescenta que essa medida é extremamente singela e passível de ser utilizada por qualquer pessoa, ainda que sem treinamento prévio. Por fim, enfatiza que a colocação de cartazes ilustrativos com instruções acerca da execução da manobra é uma medida simples, barata e pode contribuir para salvar vidas.

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), das Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (para apreciação da constitucionalidade e juridicidade).

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) a apreciação, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 337, de 2015, do Deputado Rômulo Gouveia, no que tange ao direito à saúde e ao sistema público de saúde.

As causas externas de mortalidade são aquelas relacionadas a acidentes e violência. Também denominadas "causas não naturais" ou "causas violentas", representam um grave problema de saúde pública e respondem por importante parcela da mortalidade em, praticamente, todos os países do mundo.

Entre as causas externas de mortalidade, destacam-se as situações de inalação e ingestão de alimentos ou outros objetos, que levam à obstrução do trato respiratório. De acordo com o DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde), em 2012, 552 pessoas faleceram no País em razão dessas ocorrências de inalação indevida. Em 2013, o número subiu para 631.

Comumente, veem-se, na mídia, notícias acerca de óbitos causados pelo que, popularmente, qualificam como “engasgamento”. Em abril de 2014, o sítio “[globo.com](#)” noticiou que uma [menina de 11 anos](#) morreu engasgada com um pedaço de churrasco em Manaus. Alertou, ainda, que, embora ela tenha recebido atendimento numa unidade de saúde, não resistiu à obstrução.

Em setembro de 2014, este mesmo sítio publicou que uma [criança de 3 anos](#) morreu engasgada com uma uva em João Pessoa. No artigo jornalístico, a enfermeira que atendeu a criança já sem vida no hospital declarou, em entrevista, que, “caso houvesse algum parente ou vizinho que tivesse orientação sobre como prestar primeiros socorros em engasgos de criança, a morte poderia ter sido evitada”.

Como afirmou a enfermeira, as mortes por obstrução das vias aéreas podem mesmo ser evitadas por um procedimento de simples execução: a manobra de Heimlich, que é uma técnica de emergência que consiste na realização de uma série de compressões entre o abdômen e o osso esterno.

Quando algum alimento ou até mesmo algum objeto bloqueia a passagem de ar, geralmente não há tempo suficiente para esperar pela chegada de um socorro médico. Embora seja importante o contato com o Corpo de Bombeiros ou com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, a pessoa mais próxima precisa agir rapidamente. Dessa maneira, instruções visíveis nos estabelecimentos de alimentação são extremamente úteis para demonstrar aos clientes do local como agir em situações emergenciais. Em razão disso, concluímos que o Projeto de Lei é meritório e trará benefícios à saúde pública do País.

Outro aspecto do Projeto de Lei em análise que chama a atenção é que ele é conciso e direto. Não entra em detalhamentos técnicos, pois guarda seu caráter de abstração e generalidade. Assim, as minúcias para a aplicação da lei (como tamanho dos cartazes, diagramação, requisitos obrigatórios, etc), serão veiculadas, posteriormente, por norma infralegal, editada pelo Poder Executivo, no legítimo exercício da prerrogativa regulamentar conferida pela Constituição Federal.

Nesse contexto, é preciso esclarecer que as regras infralegais, veiculadas por meio de portarias e outros instrumentos semelhantes, geralmente contam com um nível de detalhamento técnico altíssimo, a que não poderia chegar uma lei que, por definição, trata dos assuntos de forma mais genérica e abstrata.

Em face disso, fica claro que o autor utilizou-se de boa técnica na elaboração da proposição. Enfatizamos, no entanto, que, apesar de estarmos abordando esse assunto de forma abreviada desde já, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania também vai avaliar esta proposição, minuciosamente, nas questões ligadas à sua constitucionalidade e à sua técnica legislativa.

Diante de todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 337, de 2015, do Deputado Rômulo Gouveia.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Deputada CONCEIÇÃO SAMPAIO  
Relatora